

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E SEUS ASPECTOS PEDAGÓGICOS NO ESTADO DE SERGIPE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PUBLICAÇÕES DE 2018 A 2023

*SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES AND THE PEDAGOGICAL ASPECTS IN THE STATE OF
SERGIPE: A SYSTEMATIC REVIEW OF PUBLICATIONS FROM 2018 TO 2023*

 <https://orcid.org/0009-0007-1204-7569> Ana Bárbara A. Vazquez Corrêa^A

 <https://orcid.org/0009-0002-7921-920X> Catharine Prata Seixas^B

^A, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil

^B Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 01/03/2024 | Aceito em: 06/08/2024

Correspondência: Ana Bárbara A V Corrêa (barbaravazquez.educ@gmail.com)

Resumo

O presente estudo analisa as produções bibliográficas que versam sobre as medidas socioeducativas e suas relações com o campo pedagógico no estado de Sergipe no período de 2018 a 2023. A metodologia empregada foi de abordagem qualitativa, utilizou-se a revisão sistemática para o levantamento bibliográfico e documental, a busca por artigos, teses e dissertações publicados nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Scholar. Selecionamos os seguintes descritores: “Medidas Socioeducativas”, “Medidas Socioeducativas and Pedagogia”, “Medidas Socioeducativas and Sergipe”, “Socioeducação”. Após todas as aplicações dos descritores, apenas 4 trabalhos foram publicados nos últimos cinco anos com o foco nas instituições socioeducativas sergipanas. Obteve-se a frequência dos termos adolescentes (7,8%), escola/escolar/aprender/saber (2,7%), gênero/sexismo/mulheres (1,7%) e social/medida socioeducativa/SINASE (1,2%) respectivamente. Em Sergipe, dos



© 2024. Corrêa; Seixas. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

quatro trabalhos analisados, dois são da área da Psicologia, sendo um artigo publicado no periódico Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud e uma dissertação do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Os demais trabalhos são uma dissertação do Programa de Pós-graduação da área em Sociologia e uma tese do Programa de Pós-graduação em Educação, ambos da Universidade Federal de Sergipe. Estes dados, revelaram que há, nos últimos anos, a escassez de trabalhos cujo foco são os aspectos pedagógicos, que dialoguem com o campo educacional, fato este que reverbera na análise de dados, uma vez que não encontramos categorias que envolvem saberes didáticos, curriculares e pedagógicos.

Palavras-chave: Aspectos Pedagógicos; Medidas Socioeducacionais; Revisão Sistemática.

Abstract

The present work analyzes the bibliographical productions that deal with socio-educational measures and their relations with the educational field in the Brazilian state of Sergipe from 2018 to 2023. The methodology was the qualitative approach, a systematic review was used for the bibliographical survey and documentary, as well as a wide research on articles, theses and dissertations published in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Google Scholar. We targeted the following descriptors: “Socioeducational Measures”, “Socioeducational Measures and Pedagogy”, “Socioeducational Measures and Sergipe”, “Socioeducation”. After all the descriptors been applied, only 4 works were found as been published in the last five years with a focus on socio-educational institutions in Sergipe. The frequency of the terms adolescents (7.8%), school/school/learning/knowledge (2.7%), gender/sexism/women (1.7%) and social/socio-educational measure/SINASE (1.2%) respectively. In Sergipe, of the four works analyzed, two are in the field of Psychology, one being published in the journal Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud and a dissertation from the Postgraduate Program and Research in Psychology at the Federal University of Sergipe. The other works are: a dissertation from the Postgraduate Program in Sociology and a thesis from the Postgraduate Program in Education, both at the Federal University of Sergipe. These data revealed that, in recent years, there has been a scarcity of works focusing on pedagogical aspects, which dialogue with the educational field, a fact that reverberates in the data analysis, since we did not find categories that involve didactic, curricular knowledge and pedagogical.

Keywords: Pedagogical Aspects; Socio-educational Measures; Systematic review.

Introdução

O contexto socioeducativo brasileiro reflete uma realidade complexa e desafiadora, especialmente no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei. Estes jovens, muitas vezes oriundos de contextos vulneráveis, encontram-se em um ambiente marcado por diversas adversidades, incluindo fatores sociais, econômicos e familiares.

O Código de Menores, promulgado em 1927, foi o primeiro instrumento legal a estabelecer normas específicas para o tratamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Contudo, esse código se fundamentava em uma abordagem assistencialista e paternalista, frequentemente estigmatizando esses jovens como "menores em situação irregular". Tal perspectiva perdurou por décadas, influenciando a prática socioeducativa com uma ênfase na tutela e na correção, em detrimento de uma abordagem mais integrada e inclusiva.

A Doutrina da Situação Irregular, que permeou a prática socioeducativa desde a década de 1940 até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, reforçou a visão de que o adolescente em conflito com a lei era um problema a ser corrigido, e não um sujeito de direitos a ser protegido. Essa doutrina teve implicações profundas nas práticas adotadas nos centros socioeducativos, muitas vezes resultando em abordagens segregacionistas e distanciadas do paradigma da educação como instrumento de transformação.

Nesse sentido, Cardoso e Fonseca (2022) argumentam que embora o idealizador na política de socioeducação no Brasil traga uma proposta de mudança de paradigma com relação à atenção ao adolescente autor de ato infracional, ainda reproduz o entendimento da socioeducação a partir do Código de Menores (BRASIL, 1979), da educação para correção da criminalidade isto é, apesar das intenções declaradas de ressocialização e reintegração social, as políticas e práticas socioeducativas muitas vezes reproduzem estruturas de controle e punição, em vez de promover o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes.

A literatura existente destaca que a falta de acesso à educação de qualidade é um dos principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade e a entrada de adolescentes no sistema socioeducativo. Ao mesmo tempo, a educação surge como uma potente ferramenta de intervenção, capaz de romper com padrões de comportamento negativos e oferecer caminhos alternativos para o desenvolvimento pessoal e social. No entanto, como afirmam Cardoso e Fonseca (2019), os moldes educativos aplicados a jovens em cumprimento de medida tem se destacado principalmente pelos fatores como a falta de suporte educacional, estigmatização e desigualdades estruturais.

Além disso, alguns autores apontam Cardoso e Fonseca (2019), Silva, Alberto e Costa (2022), Legnani & Santos (2019) o alcance que esse contexto tem no espaço escolar, pois adolescentes em cumprimento de medida ou que já cumpriram seguem estigmatizados como jovens “problemáticos” e “irrecuperáveis”, relacionando as dificuldades escolares ao ato infracional e desse jeito, trazendo consequências previsíveis para sua auto estima e motivação, o que pode direcioná-los à evasão escolar.

Diante da relevância da temática, realizou-se a pesquisa bibliográfica sobre as medidas socioeducativas e percebeu-se um crescente interesse das diversas áreas do conhecimento, despontando em número as publicações da área do Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Educação. Da mesma forma, observou-se que as regiões do país que mais produzem diálogos com essas categorias são as instituições da região sul e sudeste. No bojo das discussões percebeu-se que o estado de Sergipe tem sido objeto de estudo de algumas instituições fora da região nordeste, e nos últimos cinco anos há registro de poucos estudos sobre essa localidade.

O estado de Sergipe conta com a Fundação Renascer, instituição que gerencia seis unidades, a Comunidade de Atendimento Socioeducativa Feminina (CASEF)¹, o Centro Educacional de Menores Eronildes Carvalho (CEMEC), Comunidade de Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória Masculina (CASEIP)², Comunidade Socioeducativa de Atendimento Masculino (CASEM)³, Comunidades de Atendimento Socioeducativo São Francisco de Assis (CASE I), Comunidade São Francisco de Assis (CASE II).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as produções bibliográficas que versam sobre as medidas socioeducativas e suas relações com o campo pedagógico no estado de Sergipe entre 2018 a 2023.

¹ A nomenclatura antiga era Unidade Feminina (UNIFEM).

² A nomenclatura antiga era Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (USIP).

³ A nomenclatura antiga era Centro de Atendimento ao Menor (CENAM).

A partir da triagem inicial realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2024, estabeleceu-se como questões norteadoras: As instituições socioeducativas sergipanas possuem dados relevantes que auxiliem na educação dos adolescentes em conflito com a lei? Quais as ações pedagógicas que estão presentes nestas instituições socioeducativas? As pesquisas que são realizadas com o foco na medida socioeducativa possuem como objetivo analisar/compreender o campo pedagógico?

No desenvolvimento da pesquisa destacaram-se os campos categóricos que apresentaram maior prevalência dos termos nos artigos analisados, são eles: *adolescentes* (7,8%), *escola* (2,7%), *gênero* (1,7%) e *social* (1,2%) respectivamente. Utilizou-se essa categorização para diálogo teórico.

Metodologia

Este estudo emprega uma abordagem metodológica essencialmente qualitativa cujo objetivo é analisar as produções mais recentes sobre as medidas socioeducativas e ferramentas pedagógicas na emancipação escolar de adolescentes em unidades socioeducativas. O procedimento metodológico adotado é a revisão sistemática.

De acordo com Okoli (2019), a revisão sistemática da literatura foi o alicerce para a aproximação ao estado da arte sobre o tema. Para Machado et al. (2018) a revisão sistemática é uma metodologia de pesquisa que estabelece uma organização e registro de procedimentos que identificam artigos que correspondem a determinado tema. Desta forma, é possível delinear o estado da arte de temáticas analisadas, o registro desses achados compõe indicadores que podem ser utilizados por outros pesquisadores.

A revisão sistemática possibilita ao pesquisador fazer uma triagem das pesquisas publicadas, para tanto, é necessário estabelecer critérios e parâmetros epistemológicos através dos instrumentos de coleta e análise de dados. Neste artigo a princípio realizou-se uma busca ativa nos bancos de dados acadêmicos, entre os meses de fevereiro e maio de 2024, especificamente no Scientific Electronic Library Online (SciELO) no site search.scielo.org, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Scholar.

Para a realização da pesquisa, atribuíram-se como critério de inclusão as pesquisas produzidas de 2018 a 2023, no idioma português da área de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Multidisciplinar, Linguística, Letras e Artes.

Utilizaram-se os seguintes descritores: “Medidas Socioeducativas”, “Socioeducação”, “Medidas Socioeducativas and Pedagogia”, “Medidas Socioeducativas and Sergipe”.

No Scielo obteve-se 35 trabalhos com o descritor “Medidas Socioeducativas”, “Medidas Socioeducativas and Pedagogia” sem publicações; “Medidas Socioeducativas and Sergipe” 1 trabalho, a busca por “Socioeducação” resultou em 15 trabalhos. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, foram 453 trabalhos com “Medidas Socioeducativas”, “Socioeducação” 184 trabalhos, 107 publicações decorrentes da busca por “Medidas Socioeducativas e Pedagogia” e 3 trabalhos para “Medidas Socioeducativas e Sergipe”.

É importante destacar que os dados gerais coletados da plataforma BDTD, mostraram que dos 184 trabalhos oriundos do descritor “socioeducação”, a instituição que mais produziu sobre a temática foi a Universidade Brasília (21), seguida da Universidade do Paraná (15) e da Universidade Estadual Paulista (12). Dos 453 trabalhos a partir da busca “Medidas Socioeducativas”, novamente a Universidade de Brasília apresenta mais trabalhos publicados (30), seguido da Universidade Estadual Paulista (26) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (24). Quando buscamos por “Medidas Socioeducativas e Pedagogia” encontramos 107 trabalhos, desta vez, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro apresenta o maior número de produções (12), seguida da Universidade de Brasília (10) e da Universidade Estadual Paulista (6).

Percebeu-se uma discrepância em relação aos trabalhos publicados cujo objeto de estudo fosse o estado de Sergipe, após todas as aplicações dos descritores, apenas 4 trabalhos foram publicados nos últimos cinco anos com o foco nas instituições socioeducativas sergipanas. Diante deste dado, definiu-se o objeto de estudo do presente artigo.

Área de Conhecimento das Publicações

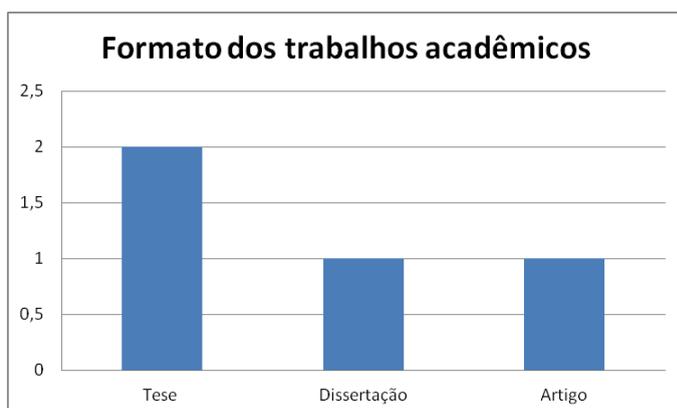
Em Sergipe, dos quatro trabalhos analisados, dois são da área da Psicologia, sendo um artigo publicado em periódico espanhol Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud e uma dissertação do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Os demais trabalhos são uma dissertação do Programa de Pós-graduação em Sociologia e uma tese do Programa de Pós-graduação em Educação, ambos da Universidade Federal de Sergipe. Estes dados, revelam que há, nos últimos anos, a escassez de trabalhos cujo foco são os aspectos pedagógicos, que dialoguem com o campo educacional, fato este que reverbera na análise de dados, uma vez que não encontramos categorias que envolvem saberes didáticos, curriculares e pedagógicos.

Gráfico 1 – Área de Conhecimento das publicações 2018 a 2013



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Formato das publicações 2018 a 2013



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a coleta dos dados, elaborou-se um quadro com a sistematização dos autores, título das obras, ano, local de divulgação, metodologia, objetivos, amostragem, coleta e síntese dos resultados. Após a análise do quadro, elencamos categorias a serem analisadas, este estudo foi feito com base na leitura minuciosa dos trabalhos. Os trabalhos também foram inseridos no software Count Words Free, cujo objetivo consiste em sinalizar as palavras e termos mais recorrentes no texto analisado. Abaixo, os termos mais frequentes estão elencados na tabela com as respectivas porcentagens de incidência.

Tabela 1 – Termos mais frequentes nos textos (2018 a 2023)

Texto 1 (Araujo Costa et al. 2022)	
Adolescentes	2,0%
Gênero	0,8%
Sexismo	0,5%
Texto 2 (Albuquerque, 2021)	
Adolescentes	3,2%
Medida Socioeducativa	0,3%
SINASE	0,3%
Texto 3 (Dantas, 2020)	
Adolescentes	1,9%
Escola/Escolar	1,7%
Aprender/Saber	1,0%
Texto 4 (Braga, 2020)	
Adolescentes	0,7%
Social/Sociais	0,6%
Mulheres	0,4%

Fonte: Dados da pesquisa

Obteve-se assim a maior prevalência dos termos *adolescentes* (7,8%), *escola/escolar/aprender/saber* (2,7%), *gênero/sexismo/mulheres* (1,7%) e *social/medida socioeducativa/SINASE* (1,2%) respectivamente. Utilizou-se essa categorização para análise das pesquisas, uma vez que os termos são sinônimos e apresentam característica semântica similar e foram utilizados no mesmo contexto da abordagem de cada estudo.

Resultados e Discussão

As pesquisas sobre medidas socioeducativas em Sergipe

Araujo Costa et al. (2022) apresentam em seu artigo o objetivo de investigar como adolescentes do gênero feminino, em privação de liberdade, percebem a situação do conflito com a lei e o sexismo. Para isso, o estudo exploratório foi o método escolhido, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com 4 adolescentes do gênero feminino da Unidade Feminina, das 4 entrevistadas, três em período de internação provisória e uma em internação. As perguntas da entrevista foram categorizadas em diferenças de gênero no ato infracional: a transgressão como características masculinas e as diferenças de gênero na Medida Socioeducativa: a obediência como característica feminina.

A dissertação de Albuquerque (2021) intitulada “O que os olhos veem quando eles me leem: um olhar sobre o adolescente em conflito com a lei” fruto do mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Sergipe sob orientação do professor Dr. Marcelo de Almeida Ferreri, realiza uma análise sobre a construção do perfil do adolescente em conflito com a lei que cumpre/cumpriu Medida Socioeducativa de privação de liberdade a partir do Plano Individual de Atendimento. A autora teve contato direto com o objeto estudado, uma vez que relata ter trabalhado em uma das unidades de internação. Realizou uma pesquisa documental, os dados foram analisados com base no método histórico genealógico de Foucault, analisou 453 formulários de Plano Individual de Atendimento (PIA). Os critérios de inclusão: PIA de adolescentes do sexo masculino de unidades de privação de liberdade, PIAS de 2014 a 2019.

No ano de 2020, Viviane Dantas, publicou a tese intitulada “A relação com o saber de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no estado de Sergipe: aluno/interno e suas histórias com o “aprender/não aprender” sob orientação da professora Dra. Veleida Anahí da Silva do doutorado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. O estudo é estruturado nos preceitos teóricos da Relação com o Saber, concepção epistemológica do professor Bernard Charlot. Analisa a relação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação com o saber. Os sujeitos da pesquisa foram adolescentes/internos que cumpriram medida socioeducativa no Centro de Atendimento ao Menor (CENAM), em Aracaju/SE.

Dentro desse contexto, tem como participantes da pesquisa 20 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e que estão matriculados na modalidade EJA- Educação de Jovens e Adultos. Ademais, a tese apresenta cinco eixos de análise: (i) a relação entre a escola e o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação; (ii) a relação com a família e com o bairro no processo do aprender/não aprender

do adolescente; (iii) o sentido de aprender na escola e fora dela; (iv) a relação entre os alunos/internos e o ambiente escolar intramuros; e (v) a relação que existe entre a dificuldade escolar e a prática de ato infracional.

A tese “Estado de Adolescência”: as mulheres infratoras em meio à precarização e ao apagamento” escrita por Elida Damasceno Braga sob orientação do professor Dr. Frank Nilton Marcon do programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2020. Apresenta o objetivo de compreender os sentidos construídos sobre as adolescentes em conflito com a lei produzidos a partir do Estado e dos/as próprios/as envolvidos/as no sistema socioeducativo sob a perspectiva de gênero. A metodologia consiste em observação direta do campo e realização de entrevistas semiestruturadas com diversos atores e atrizes do contexto.

Todas as pesquisas analisadas são de cunho qualitativo da área das Ciências Humanas, Psicologia, Sociologia e Educação. Araujo Costa et al (2022), Dantas (2020), Braga (2020) utilizaram como procedimento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, exceto Albuquerque (2021) que apresenta uma pesquisa documental com análise na perspectiva da história genealógica.

Abaixo, analisaremos as categorias mais frequentes nos estudos, traremos para o delineamento das discussões as principais concepções acerca das temáticas *Adolescentes, Escola, Gênero e Social*, faremos o entrelaçamento de discursos, cujo objetivo será evidenciar as questões que perpassam o campo conceitual estudado nas principais pesquisas sergipanas acerca das medidas socioeducativas.

Adolescentes

Em sua pesquisa Dantas (2020) demonstra preocupação sobre a relação com o saber dos adolescentes em cumprimento de medida de internação quando confrontados com aquilo que podemos chamar de insucesso escolar. Durante toda sua pesquisa, busca analisar como se estabelece essa relação, trazendo como referencial principal o próprio teórico da Relação com o Saber, Bernard Charlot.

O foco que a autora imprime à adolescência permeia toda a pesquisa, porém, ela dedica uma seção para explicar o contexto e especificidade próprios dessa fase da vida, contextualizando de forma mais aprofundada o seu público alvo, isto é, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A autora observa e delinea os

principais pontos que biologicamente e emocionalmente pode expor os adolescentes às condições de violência e vulnerabilidade, inclusive norteando a escola ou a saída dela como um possível ponto de partida para essas situações.

Para endossar a sua análise sobre essa fase da vida, a autora se dedica a revisão bibliográfica e análise dos principais autores que abordam essa temática e traz reflexões bem importantes no que se refere à fase da adolescência, tais como um dos períodos importantes do desenvolvimento humano, uma fase de transformações biopsicossociais que está inserida no processo mais amplo do desenvolvimento do sujeito, intensificando nesse ponto a análise de que nessa transição, o adolescente tenta buscar um reconhecimento social demarcado pelos padrões sociais de seu meio (DANTAS, 2020, p.44).

Dentro desse aspecto, a autora aponta para uma verificação importante, que é o fato de o adolescente ter o desejo de tornar-se visível aos olhos da sociedade, contudo um dos caminhos para essa identificação social pode ser o da violência, “numa tentativa desesperada de garantir uma existência social” Zappe (2011) *apud* Dantas (2020, p.44). Contudo, esse reconhecimento está ligado ao reconhecimento do seu meio social e, por isso mesmo, ocorre o fator de restrição dos que podem adolecer, já que como é bem pontuado pela autora, a maioria dos jovens em cumprimento de medida de internação estão inclusos em famílias com situações sociais específicas como baixa renda, exclusão social e negação de direitos.

Dessa maneira, ainda sobre adolescência Dantas (2020), chama a atenção para o preconceito social que se reduz a informações desencontradas e simplistas, que muitas vezes não passam de uma forma de criminalização da pobreza a culpabilização exclusiva para o adolescente que cometeu o ato infracional, quando na verdade, esse adolescente pode ser vítima de um sistema social excludente, buscando, através do ato infracional, uma estratégia de sobrevivência; ou pela não responsabilidade do meio social Volpi (2001) *apud* Dantas (2020, p.45).

Dantas (2020) inicia chamando a atenção às transformações e conflitos da adolescência, bem como os fatores sociais, culturais e econômicos que podem influenciar a prática de atos infracionais, analisa as diferentes perspectivas e denominações sobre os adolescentes infratores, destacando a importância de não os estigmatizar ou reduzi-los a objetos de controle social. Por fim, na pesquisa é feita a relação desse adolescente infrator e sua existência e relações construídas com a escola, em que trata tanto do fator da evasão

enquanto características dos adolescentes em cumprimento de medida, quanto da atuação escolar dentro da medida de internação.

A pesquisa realizada por Araujo Costa et al. (2022), aborda uma área crucial e muitas vezes negligenciada: a interseção entre conflito com a lei, sexismo, adolescência e gênero. Ao investigar as percepções de adolescentes em conflito com a lei em Sergipe, o estudo destaca a importância de compreender como as questões de gênero moldam e são moldadas pelas experiências dessas jovens dentro do sistema de justiça juvenil. No entanto, há algumas limitações a serem consideradas. A amostra pode não ser representativa o suficiente para generalizar os resultados para a população de adolescentes em conflito com a lei em Sergipe ou em outras regiões do Brasil. Além disso, como acontece com muitas pesquisas qualitativas, pode haver desafios na objetividade e na interpretação dos dados, especialmente ao lidar com questões sensíveis como sexismo e criminalidade juvenil, conforme apontam as próprias autoras do artigo em questão.

Braga (2020) traz para o bojo das suas discussões a concepção de adolescência pelo viés histórico, dialoga com Foucault com o objetivo de evidenciar a construção social de crianças e adolescentes, uma vez que essa categoria foi historicamente compreendida de muitas formas, por vezes atrelados a um grupo menor, menos importante, essas concepções quase sempre acompanhadas de estigmas. Destaca ainda que até o final do século XIX a concepção de adolescente não era difundida, a partir deste período muitas teorias iniciam os debates voltados para os aspectos físicos, biológicos.

Nesse sentido, conforme os estudos de Moreira (2021) e Dantas (2020) em suas pesquisas em relação aos adolescentes em cumprimento de MSE, que trazem definições e levantamentos importantes em relação a questões de raça, gênero e classe social, identificando-os como,

(...) um adolescente do sexo masculino, 17 anos que cursa o ensino fundamental, com ato infracional tipificado como roubo e que fazia uso da substância psicoativa com frequência. No que concerne a suas identificações familiares, esse jovem era um Preto (82,8%), que tinha como renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos (88%). (MOREIRA, 2021, p.14).

Outrossim, no que diz respeito ao fator educacional na vida dos adolescentes, a literatura existente destaca que a falta de acesso à educação de qualidade é um dos principais fatores que contribui para a vulnerabilidade e a entrada de adolescentes no sistema socioeducativo. Ao mesmo tempo, a educação surge como uma potente ferramenta de

intervenção, capaz de romper com padrões de comportamento negativos e oferecer caminhos alternativos para o desenvolvimento pessoal e social.

Escola

De todos os trabalhos analisados, a tese de Dantas (2020) apresenta uma discussão mais consistente sobre a escola e a relação com o saber e como os adolescentes percebem o processo de aprendizagem dentro e fora dela. Além disso, a tese explora a conexão entre a dificuldade escolar e a prática de atos infracionais, pontuando que, para esses adolescentes, a relação com a escola muitas vezes é motivada apenas pela necessidade de sobrevivência, sem despertar um desejo intelectual genuíno voltado para aprendizagem, como uma obrigação social, sem mobilizar qualquer atividade intelectual como desejo. Nesse contexto, Dantas afirma:

A história escolar dos adolescentes autores de atos infracionais se defronta com dificuldades na escola, conseqüentemente, o meu interesse foi estudar a Relação com o Saber desses adolescentes quando confrontados com aquilo que podemos chamar de insucesso escolar – dificuldades com o aprender na escola, com a não apropriação do saber escolar, com o sentido e o desejo de aprender. Para responder esse universo de pesquisa, a investigação tem quatro bases de sustentação: a relação com a escola (sentido, desejo); a relação com o aprender na família (o primeiro contato); a relação com o aprender na rua (bairro); e a relação com a escola intramuros (situação atual de privação de liberdade dos adolescentes) (DANTAS, 2020, p.22)

Nesse sentido, aponta a necessidade de se considerar a história de vida, a complexidade da violência e o envolvimento com a criminalidade dos adolescentes, bem como as possibilidades de construção de novos significados e projetos de vida. Ela explora a conexão entre a dificuldade escolar e a prática de atos infracionais, bem como a influência da história de vida e da complexidade da violência na vida desses jovens. A tese também aborda as possibilidades de construção de novos significados e projetos de vida para esses adolescentes.

No artigo de Araujo Costa et al. (2022) a análise do que é escolar está presente ao examinar como as experiências educacionais dessas adolescentes podem contribuir para suas trajetórias no sistema de justiça juvenil e como a escola pode desempenhar um papel na prevenção do envolvimento com atos infracionais. Além disso, o artigo discute como as interações dentro do ambiente escolar podem influenciar a percepção das adolescentes sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor, especialmente no que diz respeito a questões de

gênero e sexismo. Sendo assim, Araujo Costa et al. (2022, p.14) “para as adolescentes entrevistadas, dentre as vantagens da Medida Socioeducativa estava uma melhor escolarização”.

Dantas (2020) enfatiza o papel da escola nas unidades de internação, como um espaço de formação para a cidadania, e as dificuldades e desafios enfrentados pelos educadores e educandos nesse contexto e lembra que os adolescentes se culpam por não conseguirem fazer parte do grupo escolar e transferem a culpabilidade para a rua e as amizades.

A autora traz pontos de atenção sobre a distorção idade-série e evidencia que 100% dos adolescentes em privação de liberdade, apresentam uma defasagem escolar de 2 a 13 anos, apontando indícios dessa defasagem fora da internação. Nesse sentido, ela revela que essa distorção muitas vezes está ligada à relação da criança e adolescente com o trabalho, gerando repetências ou abandono da sala de aula.

Segundo Dantas (2020), em 2018 a maior frequência de escolarização dos adolescentes do Centro de Atendimento ao Menor (CENAM) é no 6º ano do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, considerando como consequência a aprovação do aluno sem que tenha superado as dificuldades de aprendizagem nos anos/séries anteriores, colaborando, assim, com o perfil seletivo do sistema escolar brasileiro. Albuquerque (2021) ao analisar os Planos Individuais de Atendimento de 2014 e 2019 no estado de Sergipe, apresentam no que diz respeito à escolaridade, que a maioria dos adolescentes (91%) possuíam ensino fundamental, sendo 64% (n=289) do 6º ao 9º ano e 27% do 1º ao 5º ano.

O insucesso escolar é apontado como um fator, não determinante, mas que contribui indiretamente para o sentimento de fracasso na vida, somado a suas marcas de situações de sofrimentos. Além disso, fica constatado que a maioria dos jovens com baixa escolarização, cumprem medida de internação. Outro ponto importante é que como categoria da pesquisa, a relação do adolescente com o saber escolar, incluindo a família também nesse aspecto, remete a forma como esse indivíduo se apropria do conhecimento, perpassando por análises pautadas no referencial principal da autora (Bernard Charlot), da relação com esse saber, tratando do sentido e significado da escola a partir da teoria apresentada Relação com o Saber.

Dantas (2020) traz a visão de alguns autores que apontam o fator da escolaridade como um mecanismo de proteção, pois alunos com um maior nível de escolaridade, tendem a não se envolverem em atos infracionais, destacando ainda um outro ponto importante em

relação a esse envolvimento, que o fato do que Dantas (2020) chama de fenômeno contemporâneo e explica que alguns desses jovens escolhem a prática infratora como um meio mais “fácil” de alcançar uma existência marcada pelo ter, em face do ser. (DANTAS (2014) *apud* DANTAS (2020, p.47)

A Fundação Renascer segue o princípio da incompletude institucional, segundo o qual os programas socioeducativos, não são os únicos responsáveis por atender as complexas demandas oriundas do sistema socioeducativo, sendo necessário, desta forma, a interlocução das políticas setoriais a partir de uma perspectiva de ação intersetorial para que os principais objetivos das medidas socioeducativas sejam alcançados, um desses a escolarização, atendendo assim a função de proteção e responsabilização do adolescente.

No Centro de Atendimento ao Menor (CENAM), a escola que lá está para atendimento dos adolescentes, não oferece o ensino médio e, que nesse caso, a unidade em parceria com a Secretaria de Educação, encaminha a documentação necessária para que o adolescente possa fazer exame supletivo. Contudo a autora não entra em detalhes sobre os jovens que se encontram no ensino médio regular, já que significaria, de certa forma um atraso, este jovem fazer o supletivo, se ele não se encontra em atraso escolar. Por outro lado, com os dados trazidos pela autora de que 100% dos jovens apresentam distorção/defasagem, subentende-se que no decorrer da pesquisa essa situação do jovem no ensino médio regular não se apresentou, provavelmente por isso, não aparece na pesquisa de forma mais detalhada.

Os pontos mais importantes a serem considerados são a obrigatoriedade do ensino e da participação escolar dos adolescentes durante o cumprimento da medida, o funcionamento de uma escola de regime municipal ou estadual, dentro da unidade, para promover a escolarização que o adolescente precisar. Nesse caso, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.123, parágrafo único, quanto o SINASE, abordam esse direito obrigatório, ressaltando-se que os jovens ao serem matriculados, recebem a escolarização na própria unidade, em algum espaço próprio para o desenvolvimento das atividades escolares.

HBd e Meira (2024) abordam no artigo “Educação escolar de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em privação de liberdade: caminhos e descaminhos (2016-2019)”, a partir das entrevistas aplicadas foi possível verificar que algumas escolas reforçam o estigma acerca de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, pois negam receber matrícula deste público, contrariando os pressupostos pela legislação vigente.

Gênero

A categoria gênero teve maior abordagem no artigo de Araujo Costa et al. (2022), por ser o foco da pesquisa as autoras revelam que acerca das diferenças de gênero na Medida Socioeducativa: a obediência (submissão) como característica feminina. As autoras enfatizam: “Observa-se que o clima e as estratégias institucionais são fatores percebidos como mais positivos pelas entrevistadas, que se consideram também mais educadas/obedientes em comparação aos meninos nesse contexto de privação de liberdade. Essa percepção, possivelmente, reflete marcadores ou prescrições sociais aos corpos femininos, uma vez que a obediência é percebida como uma característica mais feminina.” (p. 12). As falas das entrevistadas indicam como o ato infracional pode, possivelmente, gerar maior estigma quando cometido por uma menina, uma vez que a transgressão é considerada uma característica masculina.

No artigo, é mostrado por meio dos relatos que as adolescentes percebem que há uma dupla discriminação, por serem infratoras e mulheres, e o preconceito e violência em função do gênero. São apontadas também as diferenças de gênero na prática do ato infracional, na medida socioeducativa e na possibilidade de fuga. Nas respostas das adolescentes trazidas na pesquisa, elas reconhecem que transgrediram as normas sociais impostas às mulheres e que são julgadas por isso e apontam a necessidade de um atendimento que respeite suas especificidades e que promova a proteção integral e igualitária. Assim, elas também percebem diferenças entre o clima e as estratégias institucionais dos contextos feminino e masculino, considerando que a unidade feminina é melhor e que elas são mais educadas e obedientes do que os meninos. Essa percepção reflete marcadores ou prescrições sociais aos corpos femininos, que devem ser submissos e normativos.

Dantas (2020) não menciona especificamente o tema de gênero. Ela concentra-se principalmente na relação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação com o saber, explorando questões como aprendizagem, dificuldade escolar e prática de atos infracionais. Contudo nessa abordagem dos atos infracionais, ela nos traz algumas informações pertinentes sobre os mais praticados e, nesse sentido, ela cita em sua tabela jovens do sexo masculino. A citação se repete ao categorizar o local da pesquisa, porém nada muito além disso, o foco principal não está direcionado para análises específicas relacionadas ao gênero dos adolescentes.

No entanto, Braga (2020) dedica seus estudos ao público de mulheres jovens em conflito com a lei, o foco da pesquisadora foi justamente o público feminino, uma vez que o número de jovens infratores do gênero masculino é historicamente maior que o número de infrações cometidas por mulheres. Há o destaque para os dados estatísticos da Unidade Feminina (UFEM), no regime de internação no estado de Sergipe 2,95% são mulheres e 97,05% homens.

Braga (2020) apresenta que os resultados da pesquisa demonstram que a política do apagamento social funciona de modo lento e gradual, sendo sustentada por diversos elementos, tais como mecanismos de controle, posicionamentos institucionais pautados na colonialidade, diferenciação de tratamento entre instituições com base no gênero e pela lógica do encarceramento. Esses elementos contribuem para o apagamento social como forma de manutenção das desigualdades. Em síntese, os números do socioeducativo feminino sergipano apontam para uma série de problemáticas sociais que, transformada em conflito com a Lei, chega à seara das infrações e, por conseguinte, da punitiva, pois ainda não se faz uma política socioeducativa livre da punição como mecanismo de controle.

Moreira e Cruz (2024) no artigo “E as meninas na medida de internação? A questão de gênero dentro das unidades socioeducativas” analisou a relação das meninas que cumprem medida de internação em Palmas/TO, observou-se que o perfil de meninas atendidas corresponde aos 17 anos, afrodescendentes com defasagem escolar e ato infracional roubo, furto e tráfico. O ambiente em que as meninas estão inseridas reforça a submissão feminina e a culpabilização da vítima.

Ribas et al. (2024) analisaram dados de 50 jovens, destes, 30 do sexo feminino. Todos de famílias vulneráveis, um terço da amostra teria sido submetida a abusos e negligência, as adolescentes elencaram mais abusos emocionais, seguidos dos abusos sexuais e físicos.

Social

Albuquerque (2021), apresentou uma análise documental acerca dos Planos Individuais de Atendimento, desta forma, as ações sociais assumiram um lugar de destaque na pesquisa, trazendo para o protagonismo os registros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Dantas (2020), busca compreender as dimensões que influenciam os sentidos que esses sujeitos atribuem à educação, à escola e ao saber, trabalhando a relação epistêmica,

identitária e social, bem como a situação social desses adolescentes (como a privação de liberdade) afeta sua relação com o saber. Ela explora como as circunstâncias sociais desses adolescentes influenciam sua experiência educacional e sua capacidade de aprender.

Além disso, mergulha na complexa interação entre fatores sociais e o processo de aprendizagem desses jovens em contexto socioeducativo. Ela explora como o ambiente familiar e o contexto socioeconômico influenciam suas percepções sobre educação e aprendizado e examina o papel das interações com instituições sociais, como escolas e sistemas de justiça juvenil, na formação de suas identidades e trajetórias educacionais.

Sendo assim, [...] é notório que deve ser considerada e analisada a relação social com o saber nesse processo com o aprender, já que o sujeito institui também o momento em que age na identidade social, pois “a relação com o saber não deixa de ser uma relação social, embora sendo de um sujeito” (CHARLOT, 2000 *apud* DANTAS, 2020, p.75).

Outro aspecto importante abordado na pesquisa é a influência dos sistemas socioeducativos e das políticas públicas na trajetória educacional desses jovens. Dantas (2020) analisa como as medidas socioeducativas impostas pelo Estado, embora destinadas a promover a ressocialização e a reinserção social, podem afetar negativamente sua participação e desempenho na escola. Ela também examina as lacunas e desafios enfrentados pelos sistemas educacionais e socioeducativos na oferta de apoio adequado e personalizado a esses alunos, destacando a importância de abordagens holísticas e centradas no aluno.

Por fim, a pesquisa de Viviane Dantas busca não apenas identificar os obstáculos enfrentados pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mas também destacar possíveis caminhos para promover uma educação mais inclusiva e equitativa para esses jovens. Ao destacar a interseção entre fatores sociais, políticas públicas e práticas educacionais, sua tese contribui para uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas na promoção do sucesso educacional e social desses alunos em situação de vulnerabilidade. Como exemplificado por Dantas (2020), é essencial reconhecer que o processo de aprendizagem desses jovens está intrinsecamente ligado às suas experiências sociais e contextos de vida, e é crucial abordar esses fatores de forma integrada para promover uma educação mais significativa e inclusiva para todos.

Araujo Costa et al. (2022) em relação ao aspecto social, aborda como as normas, valores e estruturas sociais influenciam as experiências e perspectivas das adolescentes em conflito com a lei. Isso pode incluir discussões sobre desigualdades sociais, acesso desigual à

educação e oportunidades, bem como o impacto das representações de gênero na mídia e na sociedade em geral sobre a construção da identidade de adolescentes e suas interações sociais. Sendo assim, é bastante reforçado no artigo, que para além das questões sexistas nas unidades socioeducativas, essas atribuições estereotipadas sobre meninas/mulheres se antecedem no meio social, sendo de forma extensiva reforçados no cumprimento da medida.

Considerações Finais

A princípio estabeleceu-se como questões norteadoras: As instituições socioeducativas sergipanas possuem dados relevantes que auxiliem na educação dos adolescentes em conflito com a lei? Quais as ações pedagógicas que estão presentes nestas instituições socioeducativas? As pesquisas que são realizadas com o foco na medida socioeducativa possuem como objetivo analisar/compreender o campo pedagógico?

Nos artigos analisados, observou-se que o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) disponibiliza o Plano Individual de Atendimento (PIA) com os dados e perfis dos jovens atendidos, desta forma, os pesquisadores e a comunidade conseguem ter acesso aos dados de escolarização. Observou-se que em 2018 no Centro de Atendimento ao Menor (CENAM) a maior frequência de escolarização é no 6º ano do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, considerando como consequência a aprovação do aluno sem que tenha superado as dificuldades de aprendizagem nos anos/séries anteriores, colaborando, assim, com o perfil seletivo do sistema escolar brasileiro. Albuquerque (2021) ao analisar os Planos Individuais de Atendimento de 2014 e 2019 no estado de Sergipe, apresentam no que diz respeito à escolaridade, que a maioria dos adolescentes (91%) possuíam ensino fundamental, sendo 64% (n=289) do 6º ao 9º ano e 27% do 1º ao 5º ano.

O insucesso escolar é apontado como um fator, não determinante, mas que contribui indiretamente para o sentimento de fracasso na vida, somado a suas marcas de situações de sofrimentos. Além disso, fica constatado que a maioria dos jovens com baixa escolarização, cumpre medida de internação. A ausência de soluções definitivas sugere a necessidade de uma análise aprofundada das medidas socioeducativas, especialmente quando integradas a ferramentas pedagógicas em ambientes não formais.

Sobre as ações pedagógicas e a compreensão do campo pedagógico, apenas a tese de Dantas (2020) traz dados e reflexões profundas acerca de ações pedagógicas realizadas nas

unidades socioeducativas em Sergipe. Nesse sentido, a pesquisa propõe não apenas buscar preencher lacunas no conhecimento existente, mas também pretende contribuir para o desenvolvimento de um olhar mais atento para o foco que tem se dado à educação, refletir também sobre as práticas e políticas educativas mais eficazes, trazidas nos trabalhos, capazes de influenciar positivamente a pesquisa no âmbito educacional e social desses jovens.

Embora se compreenda que o processo de ressocialização depende de várias instâncias, ressalta-se a importância da educação como proposta de projeto de vida e reflexão sobre escolhas e valores como parte importante no cumprimento da medida socioeducativa.

Referências

ALBUQUERQUE, Deisiane Rodrigues de. *O que os olhos veem quando eles me leem: um olhar sobre o adolescente em conflito com a lei*. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16088>. Acesso em: 08 fev. 2024.

ARAÚJO COSTA, Luiza Lins et al. *Conflito com a lei e sexismo: percepções de adolescentes de Sergipe (Brasil)*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 20, n. 2, p. 23-43, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11600/rlcsnj.20.2.4720>. Acesso em: 09 fev. 2024.

BARROS, Helder et al. *Medidas socioeducativas em meio aberto e o plano decenal do Sinase*. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, 2024. p. e3547-e3547.

BRAGA, Élide Damasceno. *"Estado de adolescência": as mulheres infratoras em meio à precarização e ao apagamento*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18389>. Acesso em: 08 fev. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado, 1990.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. SINASE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado, 1996.

CARDOSO, Priscila Carla et al. *O caráter correccional da política socioeducativa no Brasil: uma análise crítica*. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4413>. Acesso em: 08 fev. 2024.

CHARLOT, Bernard. *Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000. In: DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira et al. *A Relação com o Saber de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no estado de Sergipe: aluno/interno e suas histórias com o “aprender/não aprender”*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020.

DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira et al. *A Relação com o Saber matemático de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: sentidos e significados em um espaço privado de liberdade*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5139>. Acesso em: 09 fev. 2024.

DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira et al. *A Relação com o Saber de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no estado de Sergipe: aluno/interno e suas histórias com o “aprender/não aprender”*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5139>. Acesso em: 09 fev. 2024.

GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Alamo; MACEDO, Roberto Sidnei. *Um Rigor Outro: Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa*. Salvador: Edufba, 2009.

MACHADO, Roger et al. *Estado da arte em ambientes u-learning cientes de contexto: uma Revisão Sistemática da Literatura*. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE), 2018. p. 138.

MOREIRA, Auricelia Maria da Cruz e Silva; CRUZ, Jessika Villalon Sousa. *E as meninas na medida de internação? A questão de gênero dentro das unidades socioeducativas*. Multidebates, v. 8, n. 1, p. 78-82, 2024.

MOREIRA, Glícia Cristina L. S. D. *A Cor do Ato Infracional: cenário Sergipano no ano de 2021*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação - ENS) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: 2022_GliciaCristinaLimaSantanaDiasMoreira_tcc.pdf (unb.br). Acesso em: 15 mar. 2024.

OKOLI, Chitu. *Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura*. Tradução de David Wesley Amado Duarte; Revisão técnica e introdução de João Mattar. EAD em Foco, 2019; 9(1): e748. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.748>.

RIBAS, Julia et al. *Funcionamento familiar e prática de infrações por adolescentes do gênero feminino*. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 18, n. 2, 2024.

VOLPI, Mário. *Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001. In: DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira et al. *A Relação com o Saber de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no estado de Sergipe: aluno/interno e suas histórias com o “aprender/não aprender”*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020.

ZAPPE, Jana Gonçalves et al. *A internação de adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão teórica sobre o sistema socioeducativo brasileiro*. Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade, n. 5, p. 112-133, 2011. In: DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira et al. *A Relação com o Saber de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no estado de Sergipe: aluno/interno e suas histórias com o “aprender/não aprender”*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020.